



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PRISCYLLA MEDEIROS THEODORICO

**ISSQN: UM ESTUDO SOBRE A ARRECADAÇÃO DOS 5 (CINCO) MUNICÍPIOS
MAIS POPULOSOS DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA
2019**

PRISCYLLA MEDEIROS THEODORICO

**ISSQN: UM ESTUDO SOBRE A ARRECADAÇÃO DOS 5 (CINCO) MUNICÍPIOS
MAIS POPULOSOS DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora Professora: M.^a Hélida Cristina Cavalcante Valério.

**JOÃO PESSOA
2019**

ISSQN: UM ESTUDO SOBRE A ARRECADAÇÃO DOS 5 (CINCO) MUNICÍPIOS
MAIS POPULOSOS DA PARAÍBA

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T388i Theodorico, Priscylla Medeiros.

ISSQN: um estudo sobre a arrecadação dos 5 (cinco)
municípios mais populosos da Paraíba / Priscylla
Medeiros Theodorico. - João Pessoa, 2019.
44 f. : il.

Orientação: Hélida Cristina Cavalcante Valério.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Arrecadação. 2. ISSQN. 3. Previsão. I. Valério,
Hélida Cristina Cavalcante. II. Título.

UFPB/BC

PRISCYLLA MEDEIROS THEODORICO


**ISSQN: UM ESTUDO SOBRE A ARRECADAÇÃO DOS 5 (CINCO) MUNICÍPIOS
MAIS POPULOSOS DA PARAÍBA**


Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Prof. M.^a Héli da Cristina Cavalcante Valério (Orientadora)
Instituição: UFPB


Membro: Prof. Esp. Jaimar Medeiros de Souza
Instituição: UFPB


Membro: Prof. M.^c Marcelo Pinheiro de Lucena
Instituição: UFPB

João Pessoa, 17 de setembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todos os dias, vitórias e conquistas. Obrigada aos amigos que foram essenciais em minha vida, Isabelli, Cristal, Edu, Isadora, Arnobinho, Jesica e George, agradeço pelos últimos meses estarem presente em cada momento difícil e conturbado.

Aos amigos que a UFPB me deu May, Alene, Vanuska, Saroca, Thamires, Joana, Isinha, Mars, Dy Painholindo, Amandinha, Dayse, Isabela, Yngrid, Danny e Gui, nada seria possível sem cada uma de vocês, que sempre estarão em meu coração.

Quero agradecer aos professores queridos que amo Sheila, Rossana, Marcelo, Jaimar, Wenner, Carla Janaína, Risolene, Manaíra. Agradeço também a Toin da Coordenação que sempre fez o possível pra me ajudar a não desistir quando tudo era tão difícil.

Agradeço a Guga pela mão estendida e amizade no começo do curso, quando pensei em desistir e me deu forças pra seguir e chegar até aqui. Aos amigos Andreina, Ailton e Jailton obrigada pela força e por sempre acreditarem em mim.

Deixo o carinho especial a professora Helida por toda ajuda e comprometimento comigo desde que aceitou me orientar nesse trabalho, um super obrigada querida.

Mais uma vez obrigada a Deus por me fazer suportar e conquistar meus objetivos.

RESUMO

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público aparece como um meio sólido de fornecer informações relevantes, e sempre que possível tempestivas, auxiliando o processo orçamentário-financeiro e a tomada de decisão sobre programas de governo e políticas públicas. Cada ente da federação tem sob sua competência tributos específicos, não cabendo duplicidade de competências. Dessa forma, o tributo cobrado pelo estado não pode ser cobrado pelo município. Para este estudo, o foco será o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), tributo de competência municipal incidente sobre prestações de serviço tendo como objetivo geral analisar o comportamento da arrecadação de ISSQN dos 5 (cinco) municípios mais populosos da Paraíba. A presente pesquisa se caracteriza, quanto aos objetivos, como descritiva, quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica e documental, quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa quantitativa. A coleta de dados foi feita exclusivamente pela internet, consultando o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) de cada município. Primeiramente foi evidenciada a evolução da previsão de receita de ISSQN, em seguida foi analisada a evolução da arrecadação, a terceira etapa consistiu em conhecer o perfil dos municípios de acordo com a média de previsão e arrecadação de receita de ISSQN, por fim, foi verificado o atingimento das previsões pela arrecadação de ISSQN. Os resultados mostraram as oscilações na evolução da previsão e arrecadação ao longo dos anos estudados, assim como foi constatado que a média dos montantes previstos e arrecadados segue a ordem em que o mais populoso tem os maiores valores. Ao final foi verificado que na maior parte dos anos os municípios arrecadaram mais do que previram, salvo alguns casos em que houve déficit de arrecadação a exemplo de João Pessoa no ano de 2016, quando o percentual arrecadado foi inferior ao previsto em mais de 10%.

Palavras-chave: Arrecadação. ISSQN. Previsão.

ABSTRACT

Applied Public Sector Accounting appears as a solid means of providing relevant, and whenever possible, timely information, assisting the budget-financial process and decision-making on government programs and public policies. Each entity of the federation has under its competence specific taxes, not fitting duplicate competences. Thus, the state tax cannot be charged by the municipality. For this study, the focus will be the Services Tax of Any Nature (ISSQN), a municipal competence tax levied on services, with the general objective of analyzing the behavior of ISSQN collection in the five (5) most populous municipalities of Paraíba. The present research is characterized, as the objectives, as descriptive, as the procedures is a bibliographical and documentary research, as the approach, it is a quantitative research. Data collection was done exclusively through the internet, consulting the Summary Report of Budget Execution (RREO) of each municipality. First, the evolution of the ISSQN revenue forecast was evidenced, followed by the evolution of the revenue collection, the third step consisted of knowing the profile of the municipalities according to the average forecast and revenue collection of the ISSQN. Finally, it was verified the achievement of forecasts by the collection of ISSQN. The results showed the oscillations in the evolution of the forecast and collection over the years studied, as well as it was found that the average of the predicted and collected amounts follows the order in which the most populous has the highest values. In the end it was found that in most of the years the municipalities collected more than expected, except for some cases where there was a collection deficit like João Pessoa in 2016, when the percentage collected was lower than forecasted by more than 10%.

Keywords: Collection. ISSQN. Prediction.

LISTA DE ABREVIATURAS

CTN	Código Tributário Nacional
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
RCL	Receita Corrente Líquida
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da previsão de receita de ISSQN em João Pessoa	21
Gráfico 2 – Evolução da previsão de receita de ISSQN em Campina Grande	22
Gráfico 3 – Evolução da previsão de receita de ISSQN em Santa Rita	23
Gráfico 4 – Evolução da previsão de receita de ISSQN em Patos	24
Gráfico 5 – Evolução da previsão de receita de ISSQN em Bayeux	25
Gráfico 6 – Evolução da arrecadação de receita de ISSQN em João Pessoa	26
Gráfico 7 – Evolução da arrecadação de receita de ISSQN em Campina Grande ..	27
Gráfico 8 – Evolução da arrecadação de receita de ISSQN em Santa Rita	28
Gráfico 9 – Evolução da arrecadação de receita de ISSQN em Patos	29
Gráfico 10 – Evolução da arrecadação de receita de ISSQN em Bayeux	30
Gráfico 11 – Média da previsão de ISSQN	31
Gráfico 12 – Média da arrecadação de ISSQN	32
Gráfico 13 – Arrecadação <i>versus</i> previsão: João Pessoa	33
Gráfico 14 – Arrecadação <i>versus</i> previsão: Campina Grande	34
Gráfico 15 – Arrecadação <i>versus</i> previsão: Santa Rita	35
Gráfico 16 – Arrecadação <i>versus</i> previsão: Patos	36
Gráfico 17 – Arrecadação <i>versus</i> previsão: Bayeux	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	9
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	12
2.1.1 Conceito	12
2.2 ESTÁGIOS DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	13
2.2.1 Previsão	13
2.2.2 Lançamento	14
2.2.3 Arrecadação.....	14
2.2.4 Recolhimento.....	15
2.3 RECEITA CORRENTE.....	15
2.3.1 Receita Corrente Líquida	15
2.3.2 Receita Tributária	16
2.3.3 O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	16
2.4 A PREVISÃO E A ARRECADAÇÃO DO ISSQN	18
2.4.1 Mecanismos de Previsão de Receitas Públicas	19
2.4.2 Especificidades da Arrecadação do ISSQN	19
3 METODOLOGIA	20
3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA.....	20
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	21
3.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	21
4 RESULTADOS.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Conhecer os aspectos que regem às informações geradas pela Contabilidade Pública, torna-se cada dia mais uma necessidade que uma vaidade. Não obstante do fato da população ser parte principal no que se refere às contas públicas, é necessário avaliar e acompanhar as nuances que permeiam a máquina pública,

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público aparece como um meio sólido de fornecer informações relevantes, e sempre que possível tempestivas, auxiliando o processo orçamentário-financeiro e a tomada de decisão sobre programas de governo e políticas públicas.

Para financiar os projetos e políticas voltados à sociedade, surgem os tributos, por meio dos quais são arrecadados recursos que mantêm a máquina pública em funcionamento. Estes tributos estão classificados, de acordo com Bezerra Filho (2013), em impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Cada ente da federação tem sob sua competência tributos específicos, não cabendo duplicidade de competências. Dessa forma, o tributo cobrado pelo estado não pode ser cobrado pelo município.

Para este estudo, o foco será o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), tributo de competência municipal incidente sobre prestações de serviço. Dessa forma será abordados os aspectos teóricos sobre o mesmo além do estudo prático sobre a sua execução orçamentária.

Serão analisados aspectos de previsão e arrecadação, assim como será destacado o quantitativo de dívida ativa presente na previsão.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo com Uchôa (2016), as receitas públicas funcionam como fonte de recursos para a execução de melhorias à população e para manter a máquina pública em funcionamento. As receitas são previstas na elaboração do orçamento, sendo que sua arrecadação pode ou não atingir o montante orçado, refletindo nas despesas fixadas em caso de déficit de arrecadação ou servindo de base para abertura de créditos adicionais em caso de excesso de arrecadação. Considerando estas particularidades, assim como aspectos outros correlatos à temática, esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: **Como se comportam**

os 5 (cinco) municípios mais populosos da Paraíba em relação ao atingimento das previsões orçamentárias pela arrecadação efetiva de ISSQN?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos consistem no ponto final, na razão pela qual se executa um estudo (BEUREN, 2008). Para Richardson (2007, p. 62), os objetivos “definem o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa”.

1.2.1 Objetivo Geral

Este estudo pretende analisar o comportamento da arrecadação de ISSQN dos 5 (cinco) municípios mais populosos da Paraíba.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar a evolução da previsão no período de 2009 a 2018;
- b) Analisar a evolução da arrecadação no período de 2009 a 2018;
- c) Traçar um perfil com a média das previsões e arrecadações do ISSQN;
- d) Investigar o atingimento das previsões por meio da avaliação de déficits ou excessos de arrecadação.

1.3 JUSTIFICATIVA

A produção científica precisa fornecer informações e estudos cujo conteúdo possa torná-la um bem de utilidade acadêmica e não acadêmica. Ou seja, além de contribuir no meio acadêmico como ferramenta para novos olhares e metodologias, também é preciso que o estudo seja relevantes para ambientes fora do contexto acadêmico, que fale direto aos usuários das informações, agregando valor e conhecimento.

Isto faz da pesquisa que envolve contabilidade pública, uma verdadeira fornecedora de conhecimentos, que agrega valor ao meio acadêmico trazendo seus resultados à análise de estudantes e professores, e ao público em geral que passa a ter nas mãos informações sobre como estão sendo utilizados os recursos públicos.

Ao abordar o ISSQN, esta pesquisa busca evidenciar a eficiência na arrecadação, o que ao mesmo tempo evidencia os montantes, tornando as informações de muitíssima relevância, ou seja, esta pesquisa tem relevância nos aspectos acadêmicos e não acadêmicos,

Ressalta-se ainda a possibilidade desta pesquisa embasar os estudos de outros pesquisadores, aprofundando a temática e contribuindo para a produção científica na área de contabilidade pública.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será apresentado o embasamento teórico desta pesquisa, a literatura que ajudou na construção deste trabalho.

2.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Aqui será apresentado o conceito de receita orçamentária sob a ótica legal e de autores como Bezerra Filho (2013).

2.1.1 Conceito

O orçamento é um instrumento de planejamento de uma entidade pública ou privada que representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recurso em determinado período (MCASP, 2015).

Conforme o art. 3º, conjugado com o art. 57, como também o art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá tôdas (sic) as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros. [...]

Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, tôdas (sic) as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nêle (sic) arrecadadas; II - as despesas nêle (sic) legalmente empenhadas (BRASIL, 1964)

Receita orçamentária (ou Receita Pública) consiste nos recursos recebidos necessários para a efetivação das políticas públicas por meio dos programas do governo estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA), ou seja, é o conjunto dos ingressos disponíveis para cobrir as despesas orçamentárias e para as operações que financiem despesas orçamentárias como as operações de crédito em bens e/ou serviços (BEZERRA FILHO, 2013).

A receita orçamentária pode ser efetiva e não efetiva. Efetiva quando, no reconhecimento do crédito, aumenta a situação líquida patrimonial da entidade e

Não Efetiva quando não altera a situação patrimonial líquida no reconhecimento do crédito (MCASP, 2015).

“[...] os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário [...]” (MCASP, 2015, p. 40).

A partir do conceito de Receita Orçamentária podem-se compreender seus detalhamentos e particularidades.

2.2 ESTÁGIOS DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A receita orçamentária possui etapas desde sua previsão até os valores chegarem à conta do Tesouro Nacional, como será apresentado em seguida.

2.2.1 Previsão

A fase da previsão ocorre na preparação de dados para a elaboração das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento do ano. A confiabilidade do orçamento público, especialmente da receita prevista, depende, de forma prioritária, da qualidade da preparação dos dados que são base de sustentação para as previsões que comporão os valores orçados e apresentados como receita estimada no orçamento anual (BASSO, 2009).

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 12:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas (BRASIL, 2001)

A previsão da receita é a etapa antecedente a fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento, além de embasar estimativas para as necessidades de financiamento do governo (BEZERRA FILHO, 2013).

Esta previsão está fixada na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), e serve de teto para as despesas que serão executadas pelo governo.

2.2.2 Lançamento

O lançamento é a etapa em que é emitido o documento de cobrança do tributo. A Lei 4.320/64 explica:

Artigo 52 – São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

Artigo 53 – O lançamento da receita é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta (BRASIL, 1964)

No art. 142 do Código Tributário Nacional (CTN) consta que lançamento é o procedimento administrativo responsável pela verificação da ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, faz o cálculo do montante, identifica o devedor e propõe aplicação penal quando necessário. “Uma vez ocorrido o fato gerador, procede-se ao registro contábil do crédito tributário em favor da fazenda pública em contrapartida a uma variação patrimonial aumentativa” (MCASP, 2015, p. 55).

Esta é a etapa que antecede a arrecadação e é importante salientar que a não arrecadação de uma receita lançada pode gerar cobrança administrativa e judicial tendo sua inscrição em Dívida Ativa. Ressalta-se ainda que algumas receitas não são lançadas, são arrecadadas de forma direta.

2.2.3 Arrecadação

A fase de arrecadação da receita ocorre de forma direta nos caixas do Tesouro público, porém principalmente pelos agentes arrecadadores que recebem os recursos dos contribuintes em nome do ente público (BASSO, 2009).

Hoje, os agentes arrecadadores são, em sua maioria, os bancos vinculados ao Poder Público ou Bancos privados e agências credenciadas pelos mesmos.

Conforme o MCASP (2015), arrecadação se caracteriza pela entrega de recursos devidos ao Tesouro pelos devedores ou contribuintes, através dos agentes autorizados pelo ente.

2.2.4 Recolhimento

A última etapa da Receita Pública é o recolhimento, que “é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa” (MCASP, 2015, p. 56).

O art. 56 da Lei 4.320/64 determina como ocorrerá o recolhimento:

- Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

A fase de recolhimento ocorre de forma simultânea à arrecadação, uma vez que os agentes arrecadam e transferem os recursos para a conta do Tesouro na mesma operação.

2.3 RECEITA CORRENTE

A receita orçamentária possui etapas desde sua previsão até os valores chegarem à conta do Tesouro Nacional, como será apresentado em seguida.

2.3.1 Receita Corrente Líquida

O art. 2º, IV, da LRF define Receita Corrente Líquida (RCL) como sendo o somatório das receitas de serviços, tributárias, patrimoniais, de contribuições, agropecuárias, transferências e outras receitas correntes.

A RCL tem como objetivo servir de regra para o montante da reserva de contingência e estabelecer os limites da despesa de pessoal, dívida consolidada líquida, operações de crédito, serviço da dívida, antecipação de receita e das garantias do ente da Federação (BEZERRA FILHO, 2013).

2.3.2 Receita Tributária

A Receita Tributária como visto anteriormente, consiste basicamente em impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Impostos, conforme o art. 16 do CTN, são tributos cuja obrigação tem como fato gerador uma situação que não depende da atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

As taxas são tributos que tem por fato gerador o exercício regular da política administrativa. Segundo o art. 77 do CTN:

Art. 77: As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição (BRASIL, 2012).

Ou seja, o fato gerador consiste na prestação estatal referida de forma direta ao contribuinte como contraprestação de serviços.

A contribuição de melhoria tem por fato gerador a valorização imobiliária decorrente de obras públicas (MCASP, 2015). Conforme o art. 81 do CTN:

A contribuição de melhoria cobrada pela União, Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado (BRASIL, 2012).

É necessário, porém, que haja uma ligação direta entre a melhoria identificada e obra pública realizada, para que se justifique a referida contribuição.

2.3.3 O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

O imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é um imposto de competência dos municípios e do Distrito Federal e é regido pela Lei Complementar Nº 116, de 31 de julho de 2003.

Este imposto tem como fato gerador a prestação de serviço constante na lei que o rege, desde que prestado esse serviço dentro do território municipal, e a LC 116/03 assim dispõe:

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador (BRASIL, 2003).

O contribuinte é todo aquele que execute a prestação de serviço, mas a utilização de bens e serviços públicos também sofre incidência do ISSQN por força da LC 116/03, da seguinte forma:

[...] incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço (BRASIL, 2003).

Conforme a LC 116/03, não há incidência de ISSQN sobre:

- 1 - as exportações de serviços para o exterior do País, excetuados os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior;
- 2 - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- 3 - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras (BRASIL, 2003).

Para Harada (2008) a não incidência pode ter três significados em relação ao ISSQN: o objeto está fora da abrangência da tributação; a restrição de incidência constitucional; e a não incidência prevista em legislação.

Considerados a delimitação da incidência do imposto passamos a analisar a sua base de cálculo que é o preço do serviço prestado. Quando essa prestação de serviço ocorre em mais de um município a base de cálculo apresentará uma proporcionalidade, de acordo com a LC 116/03, conforme: “[...] à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município”.

Quanto à alíquota o ISSQN tem como valor máximo para a cobrança 5% do valor do serviço prestado e mínima de 2%, ficando a critério de cada governo, dentro do seu planejamento orçamentário, definir o valor a ser cobrado no território do município em que têm gestão.

2.4 A PREVISÃO E A ARRECADAÇÃO DO ISSQN

Conforme a LRF em seu Art. 11 institui que: “Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação”.

A previsão de receitas é a estimativa que é elaborada e inserida no orçamento municipal em relação ao ISSQN. Bezerra Filho (2013) informa que esta é a etapa que ocorre antes da fixação dos valores estimados no orçamento. Esta previsão consta na LDO que a comporta como parâmetro máximo para a execução de despesas dos municípios quando agrupada com as demais receitas municipais. Aqui cabe a definição de previsões de receitas contida no Art. 12 da LRF:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas (BRASIL, 2001).

A previsão de receita se origina com os dados colhidos no processo de preparação do planejamento orçamentário. Conforme Basso (2009) a receita prevista apresentará seu grau de confiabilidade a depender do preparo das informações que servem de alicerce para a elaboração das estimativas de receita constantes no orçamento.

Já a arrecadação, Basso (2009) define que ela se caracteriza pelo conjunto de processos e procedimentos responsáveis por recolher, em nome dos entes públicos, aos cofres públicos os recursos oriundos dos contribuintes. A arrecadação é o processo de recolher ao tesouro os recursos devidos pelos contribuintes sempre em agentes autorizados (MCASP, 2015).

Atualmente esses processos e procedimentos citados são de responsabilidade de bancos públicos ou correspondentes bancários e agentes arrecadadores devidamente credenciados para tal finalidade.

2.4.1 Mecanismos de Previsão de Receitas Públicas

O procedimento de previsão de receitas ocorre para que sejam gerados os valores estimados que posteriormente serão fixados no orçamento e servirão de base para a execução orçamentária do ente em questão. Para tal finalidade são utilizadas como modelos ou formulas matemáticas para projetar essas estimativas. A LRF em seu Art. 12 assim define esses mecanismos:

As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas (BRASIL, 2001).

Consecutivamente elencamos alguns modelos de projeções de receitas para conhecimento apenas a título de ilustração conceitual. São eles: método dos mínimos quadrados, alisamento exponencial, método de box-jenkins, método do cálculo direto, dentre outros métodos e técnicas analíticas existentes e que podem ser utilizados pelos municípios estudados.

2.4.2 Especificidades da Arrecadação do ISSQN

Há, no processo de arrecadação de ISSQN, algumas particularidades que merecem atenção, pois influenciam diretamente nos montantes finais arrecadados pelos municípios.

A título de exemplo podemos citar: o conflito entre municípios em relação a quem pode cobrar o tributo ou quem pode recolhê-lo, ou seja, um conflito territorial gerado pela interpretação da legislação vigente, também chamada de guerra fiscal.

Quanto a esse assunto explana Machado (2009) sobre tal conflito sugestona atribuir a competência para a cobrança do ISS ao município no qual esteja sediado o tomador de serviços. Também existem outros fatos peculiares como: os impactos da falta de arrecadação por desinformação dos contribuintes e seu desconhecimento sobre direitos e deveres relativos ao tributo; novos serviços que ainda não constam na lista de serviços tributáveis que compõe a lei do ISSQN; dentre outros fatores relacionados à arrecadação do imposto em questão.

3 METODOLOGIA

A seguir será apresentada a metodologia composta pela tipologia, procedimentos, população e amostra e delimitação da pesquisa.

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

A presente pesquisa se caracteriza, quanto aos objetivos, como descritiva, pois objetiva descrever e analisar a previsão e arrecadação de ISSQN nos 5 (cinco) municípios mais populosos do estado da Paraíba.

Quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2008, p. 50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado” e documental que “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa [...] tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários [...] etc” (GIL, 2008, p. 51).

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa quantitativa, uma vez que toda análise é baseada em números assim como os resultados serão apresentados de forma quantitativa.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados foi feita exclusivamente pela internet, consultando o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) de cada município. Do RREO de cada município foi extraída a informação do montante de previsão de receita de ISSQN e o total geral arrecadado nos anos de 2008 a 2018.

Para melhor comparabilidade, nos valores de cada ano foi feita a alteração conforme O Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), eliminando assim as diferenças referentes à perda de poder aquisitivo da moeda (inflação).

Após a coleta de informações, todos os dados foram organizados no Software Microsoft Office Excel 2010 para escalonar, por ordem alfabética, os municípios e colocar os valores de previsão de receita de ISSQN e arrecadação. Foram comparados os valores de previsão geral dos anos analisados, tomando

como base o ano de 2008 para fins de análise horizontal do ano 2009, e assim sucessivamente. Dessa forma, foi evidenciada a evolução ano a ano, parte com mais relevância para esta pesquisa, além de citar os municípios que se destacaram em cada item, segundo o critério que evidenciado no resultado.

Da mesma forma, foram comparados os valores de arrecadação dos três anos para a mesma finalidade citada no parágrafo anterior.

Em seguida, será traçado o perfil com as médias de previsão e arrecadação dos municípios estudados. E por fim, será investigado o atingimento das previsões por meio da avaliação dos déficits e/ou excessos de arrecadação.

Será apresentada primeiramente a análise horizontal relativa à previsão, depois a análise horizontal relativa à arrecadação. Em seguida, o perfil com a média de previsão e arrecadação e por último o atingimento das previsões.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Uma vez escolhido o estado alvo do estudo, foi determinado como população o conjunto de todos os municípios do referido estado. Para fins deste estudo, foram analisados os 5 (cinco) municípios mais populosos do estado da Paraíba.

3.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo tem como aspecto espacial o estado da Paraíba em sua considerando os 5 (cinco) municípios mais populosos. Buscando uma melhor análise, a temporalidade deste estudo contempla o intervalo entre os anos de 2008 a 2018.

4 RESULTADOS

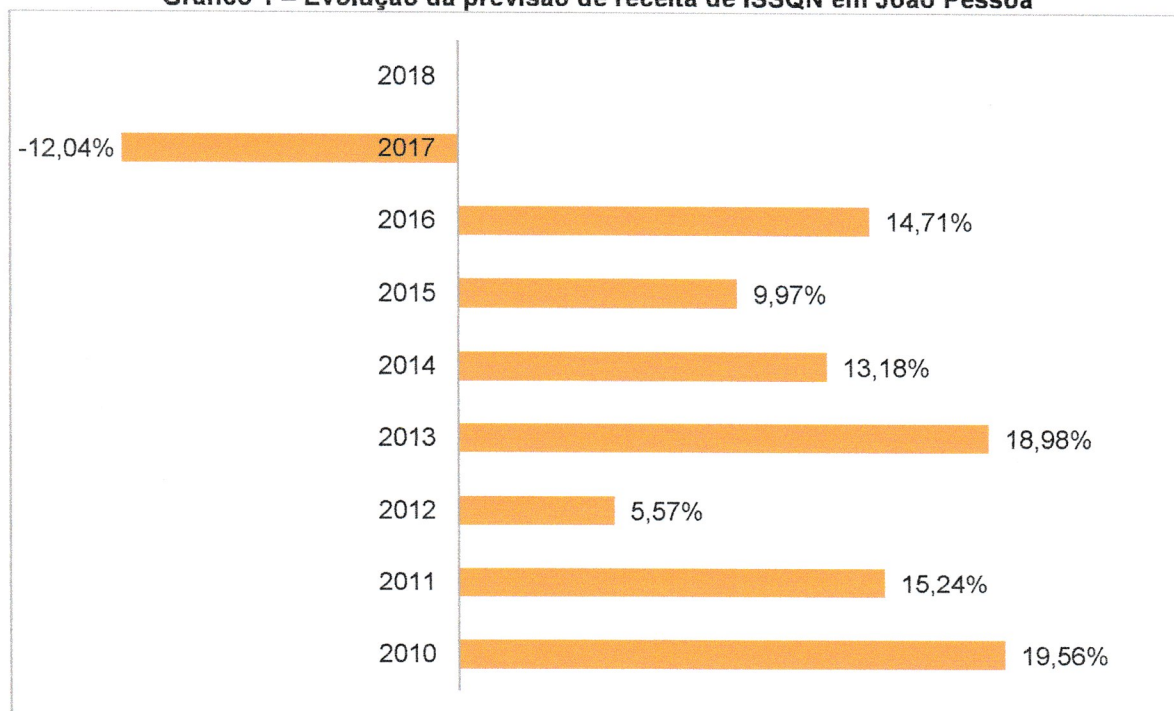
Este capítulo apresenta os resultados obtidos neste estudo, os quais respondem aos objetivos da presente pesquisa.

4.1 EVOLUÇÃO DA PREVISÃO DE RECEITA DE ISSQN

Neste primeiro quesito será evidenciada a evolução da previsão de ISSQN de modo a perceber o comportamento ano a ano e suas variações. Cada município será apresentado e analisado individualmente, somente no quesito 4.4 serão confrontados.

O Gráfico 1 abaixo apresenta o comportamento da previsão da receita de ISSQN no município de João Pessoa.

Gráfico 1 – Evolução da previsão de receita de ISSQN em João Pessoa



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

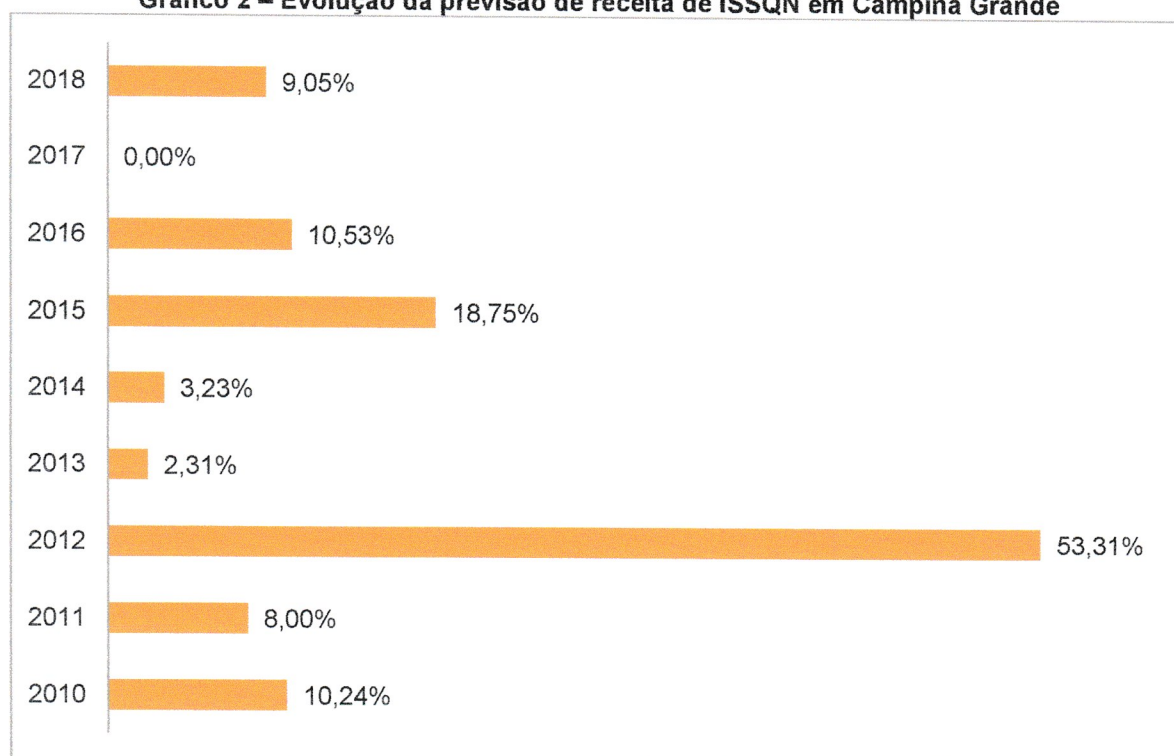
Os percentuais apresentados tem como base o ano imediatamente anterior, com isso, o ano de 2009 não aparece, ele é a base para 2010.

Como mostra o gráfico acima, o ano de 2018 está com percentual zero, fato decorrente da não disponibilização das informações por parte do município até a finalização da coleta de dados.

Nota-se que apenas no ano de 2017 houve uma redução no valor previsto, sendo fixado aproximadamente 12% menor do montante previsto em 2016. O maior aumento no valor previsto ocorreu em 2010, quando atingiu quase 20%.

De 2010 a 2016 não houve redução no montante previsto, apenas variação no percentual de aumento, destacando-se com o menor percentual de aumento o ano de 2012.

Gráfico 2 – Evolução da previsão de receita de ISSQN em Campina Grande



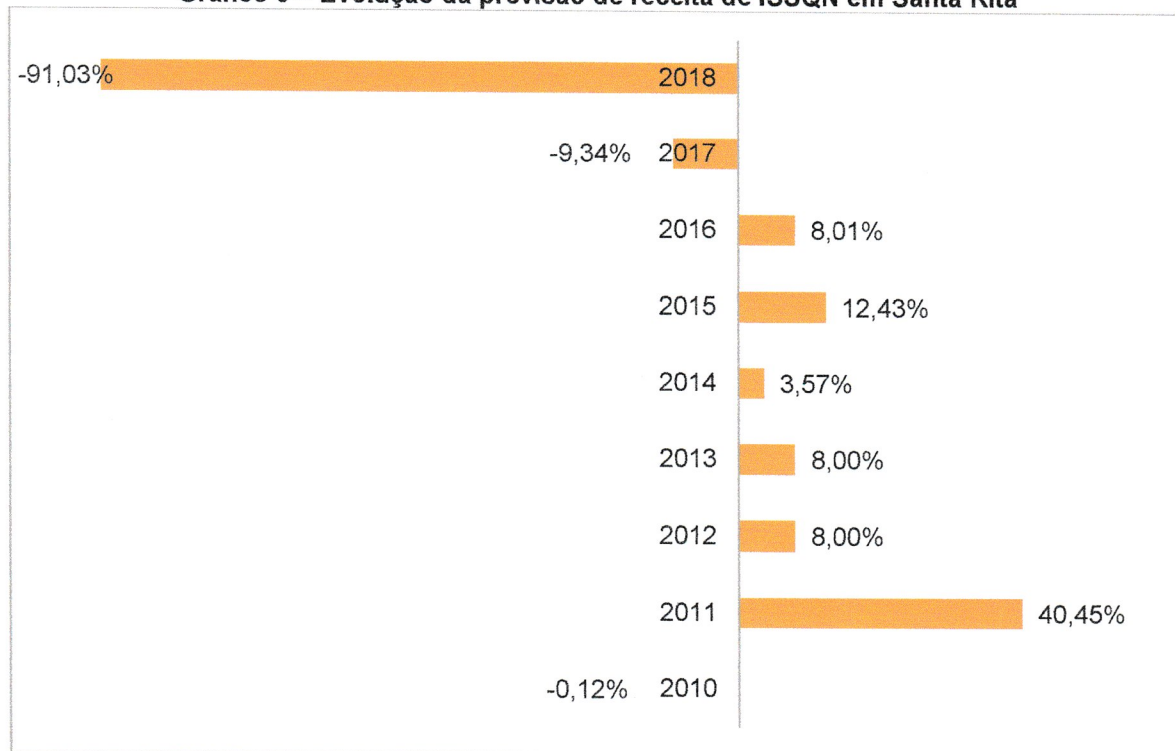
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No município de Campina Grande, conforme o Gráfico 2, não apresentou no intervalo estudado redução na previsão de receita de ISSQN, houve apenas um ano, 2017, em que a previsão foi igual ao ano anterior, ficando assim com variação nula.

O maior percentual de aumento foi verificado no ano de 2012, quando alcançou um percentual superior a 53% do previsto no ano anterior. O menor percentual de aumento foi verificado em 2013, ficando com pouco mais de 2%.

Vale destacar o ano de 2015, que apresentou 18,75% de aumento no montante previsto e, de forma inversa, 2014 que apresentou apenas 3,23%.

Gráfico 3 – Evolução da previsão de receita de ISSQN em Santa Rita



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

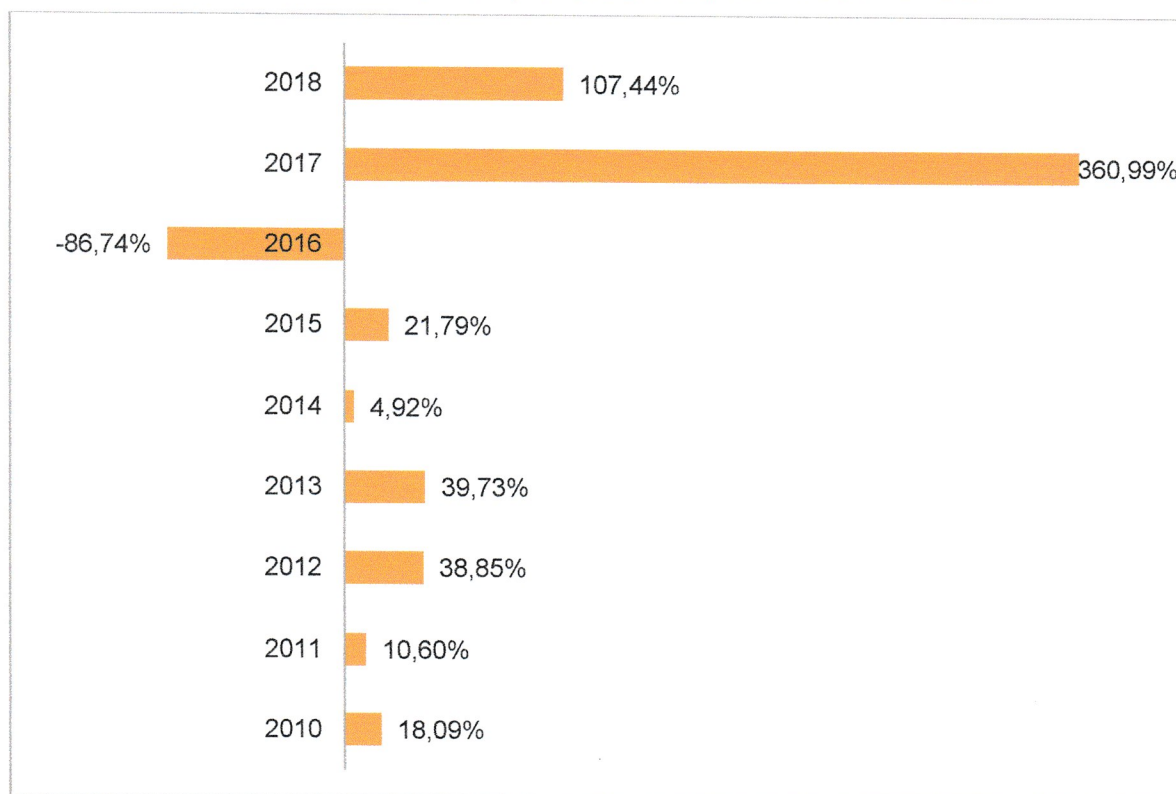
No município de Santa Rita, três dos anos analisados houve redução no montante previsto. Em 2010 houve uma pequena variação negativa, inferior a 0,2%, em 2017 a variação negativa se aproximou de 10%, em 2018, porém, essa variação negativa ultrapassou 90%, ou seja, o montante previsto em 2018 representava menos de 10% do previsto em 2017.

No que se refere a valores, no ano de 2017 o montante previsto era mais de 6,6 milhões, passando para pouco mais de 0,5 milhão em 2018. Dado retirado do RREO do município. Tal variação não pode ser explicada pela presente pesquisa por não estar contemplada na finalidade da mesma, porém essa evidência pode contribuir para que haja uma busca por tais explicações.

De 2011 a 2016 não houve variação negativa, ou seja, o montante previsto sempre apresentou algum percentual de aumento. A maior variação ocorreu em

2011, quando ultrapassou 40% e a menor foi verificada em 2014, quando apresentou aproximadamente 3,5%.

Gráfico 4 – Evolução da previsão de receita de ISSQN em Patos

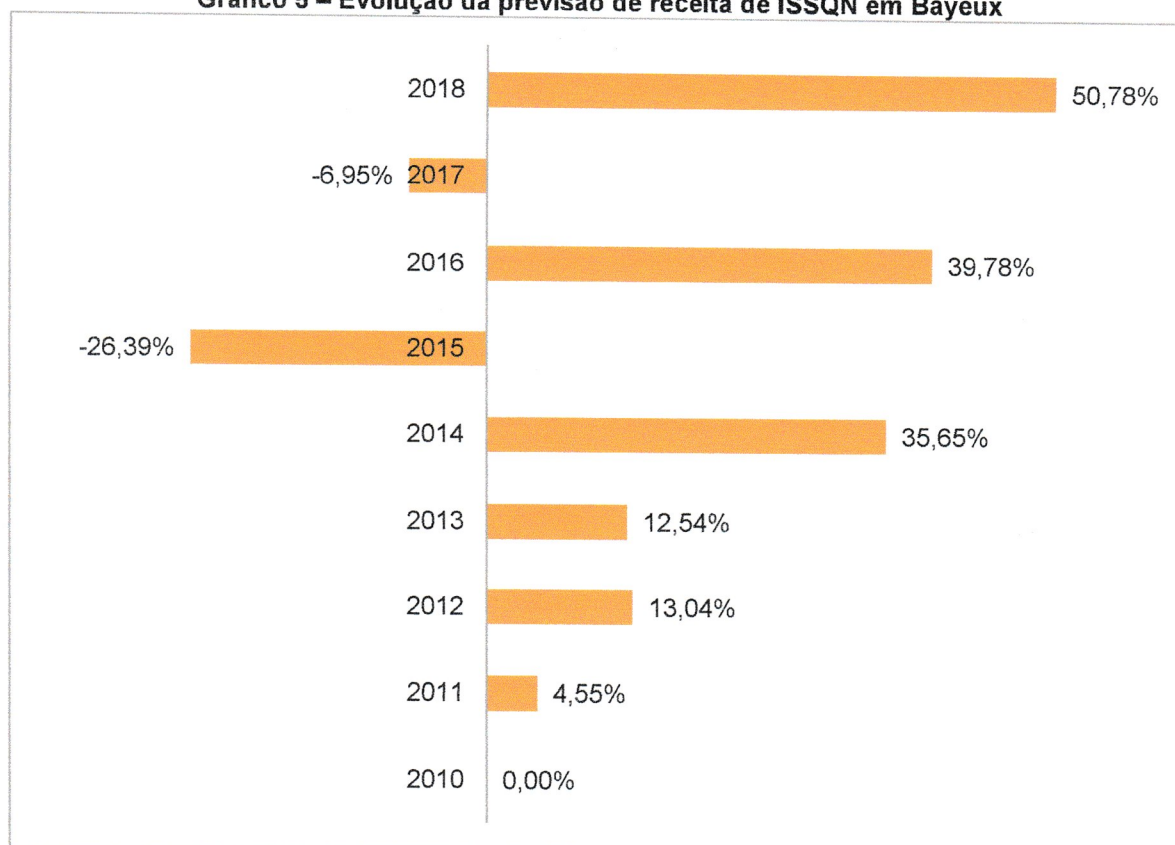


Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No município de Patos, de 2010 a 2015 não houve variação negativa, o que veio ocorrer em 2016, conforme o Gráfico 4, com percentual expressivo de 86,74%. No ano seguinte (2017) foi verificada a variação positiva mais expressiva, ultrapassando 360% em relação a 2016. Em 2018 a variação positiva foi de aproximadamente 107%.

A menor variação positiva foi encontrada em 2014, totalizando 4,92%, sendo o único ano neste município e dentro do intervalo estado em que a variação positiva foi inferior a 10%.

Em pesquisas mais aprofundadas pode ser investigada a relação entre os anos de 2016 e 2017, pois foram aos opostos no que se refere ao montante previsto de ISSQN.

Gráfico 5 – Evolução da previsão de receita de ISSQN em Bayeux

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O município de Bayeux apresentou uma oscilação no intervalo que compreende os anos de 2014 a 2018. Em 2014 a variação positiva ultrapassou 35% do previsto no ano anterior, enquanto no ano seguinte, 2015, houve variação negativa superior a 26%. Em 2016, voltou a apresentar um percentual positivo elevado, de quase 40%, decaindo no ano seguinte, quando a variação negativa foi de 6,95%.

Por fim, em 2018, apresentou seu percentual mais elevado, superando em mais de 50% da previsão de 2017.

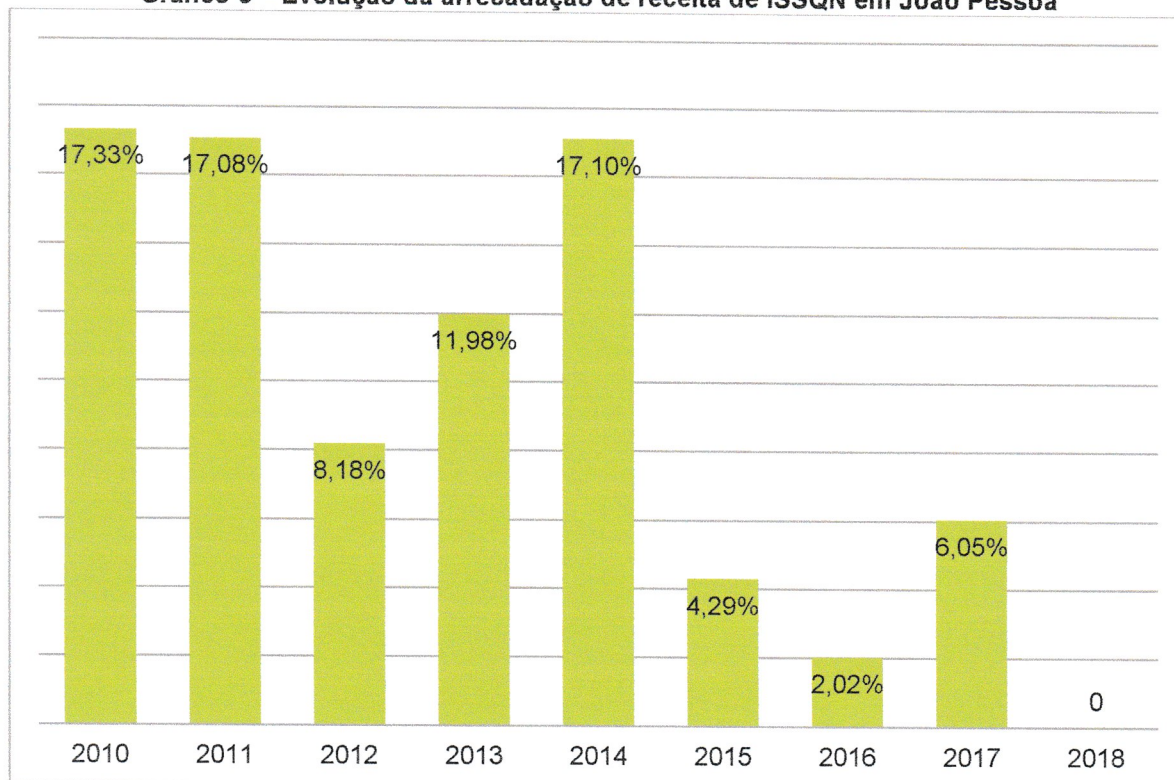
Estas oscilações na previsão pode indicar uma falha no planejamento orçamentário, uma vez que não há uma proporcionalidade entre os valores e, por se tratar de previsão, não imagina-se que haverá tanta discrepância.

4.2 EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE RECEITA DE ISSQN

De forma análoga ao tópico anterior, aqui será analisada a evolução dos valores orçamentários, porém no tocante a arrecadação de receita de ISSQN.

A metodologia segue igual, o ano seguinte tem por base o ano imediatamente anterior, o que implica dizer que não haverá percentuais de variação referente a 2009, uma vez que 2008 não faz parte do intervalo estudado.

Gráfico 6 – Evolução da arrecadação de receita de ISSQN em João Pessoa

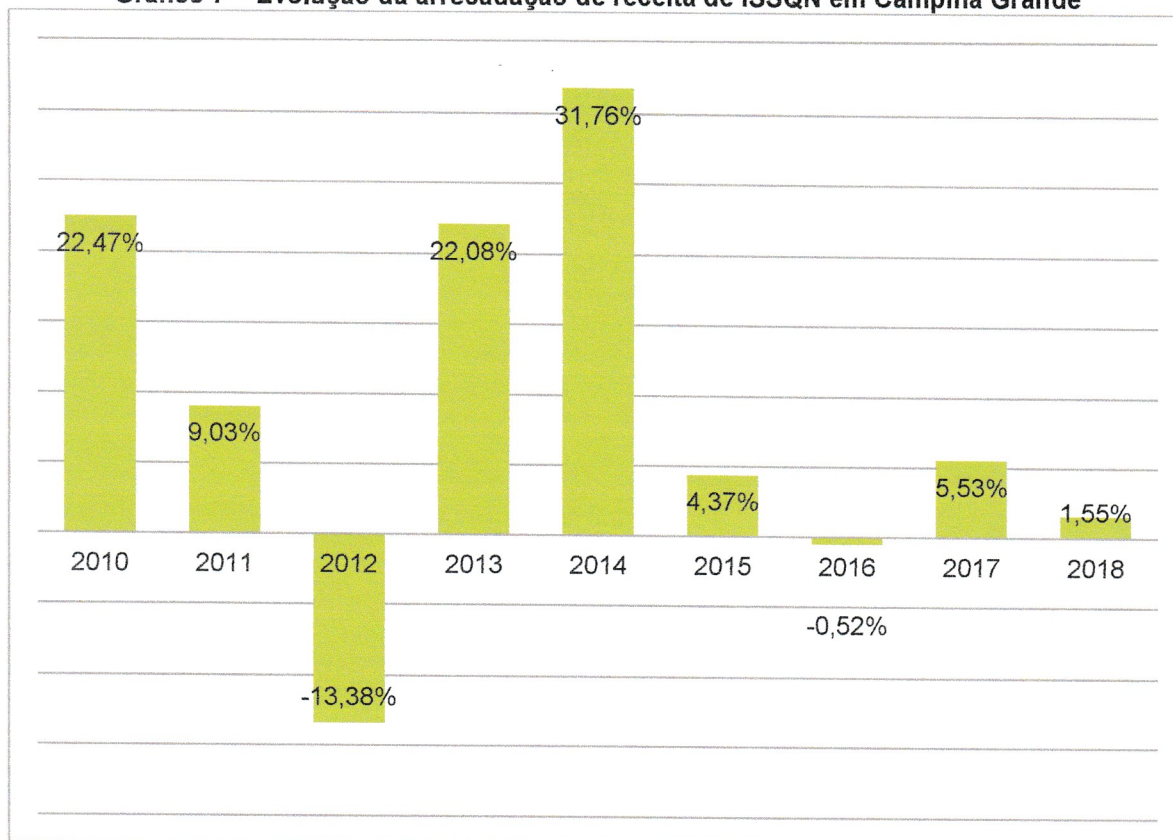


Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conforme mostra o Gráfico 6, em João Pessoa não houve redução na arrecadação de receita de ISSQN. A menor variação ocorreu em 2016, quando apresentou um percentual de 2.02%. Em três dos anos estudados a variação ficou acima de 17%, os quais foram 2010, 2011 e 2014.

Nos anos de 2012 e 2013 a variação girou em torno de 10%, enquanto em 2015 e 2017 ficou próxima de 5%. Nota-se que há um crescimento em valores absolutos, porém uma oscilação percentual, ou seja, não há um crescimento proporcional da arrecadação.

Gráfico 7 – Evolução da arrecadação de receita de ISSQN em Campina Grande



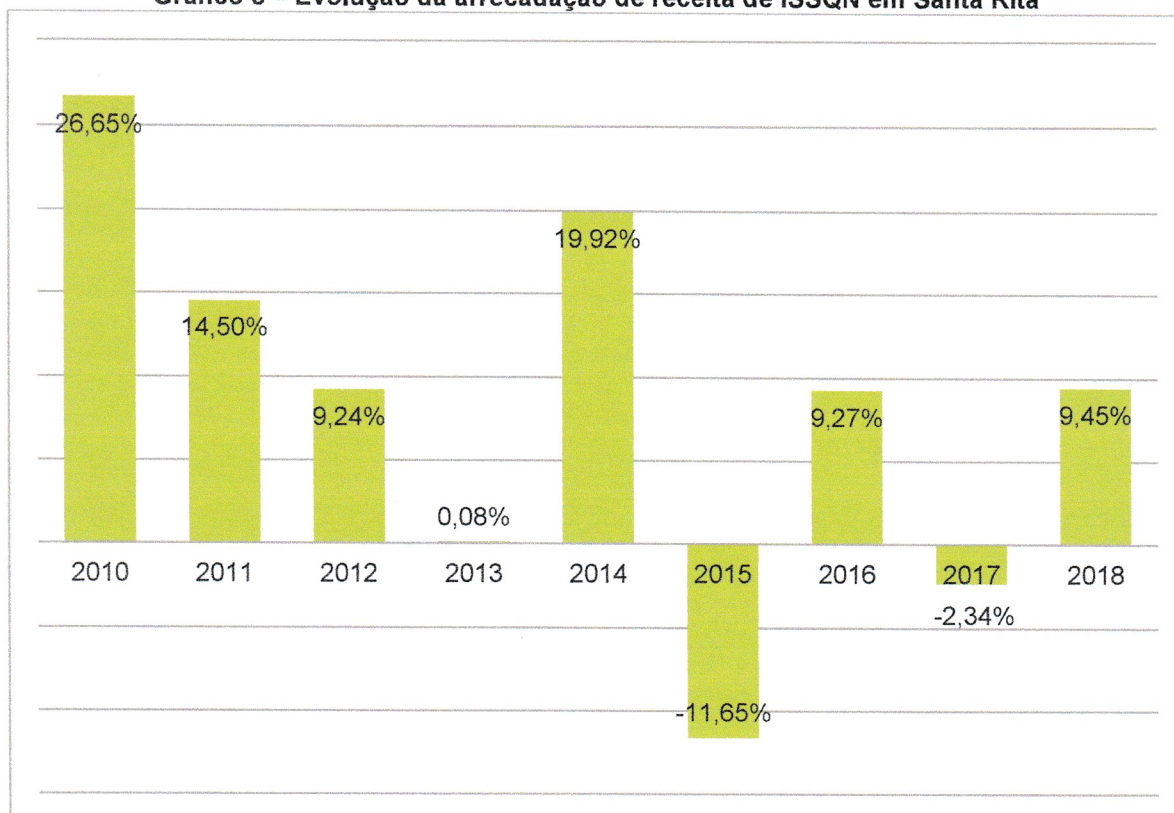
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

De acordo com o Gráfico 7, o município de Campina Grande apresentou redução na arrecadação em dois anos: em 2012 quando a variação negativa foi de 13,38%; e em 2016, quando variou -0,52.

Os anos que apresentaram maior variação positiva foram 2010, 2013 e 2014. Em 2010 o percentual arrecadado superou o ano anterior em 22,47%, em 2013 a variação foi de 22,84, e 2014 foi o ano em que houve a maior variação, totalizando 31,76%.

De forma antagônica ao disposto anteriormente, os menores percentuais positivos ocorreram nos anos de 2015, 2017 e 2018. Em 2015^a variação foi de 4,37%, em 2017 ficou em 5,53% e em 2018 figurou com 1,55%.

Gráfico 8 – Evolução da arrecadação de receita de ISSQN em Santa Rita

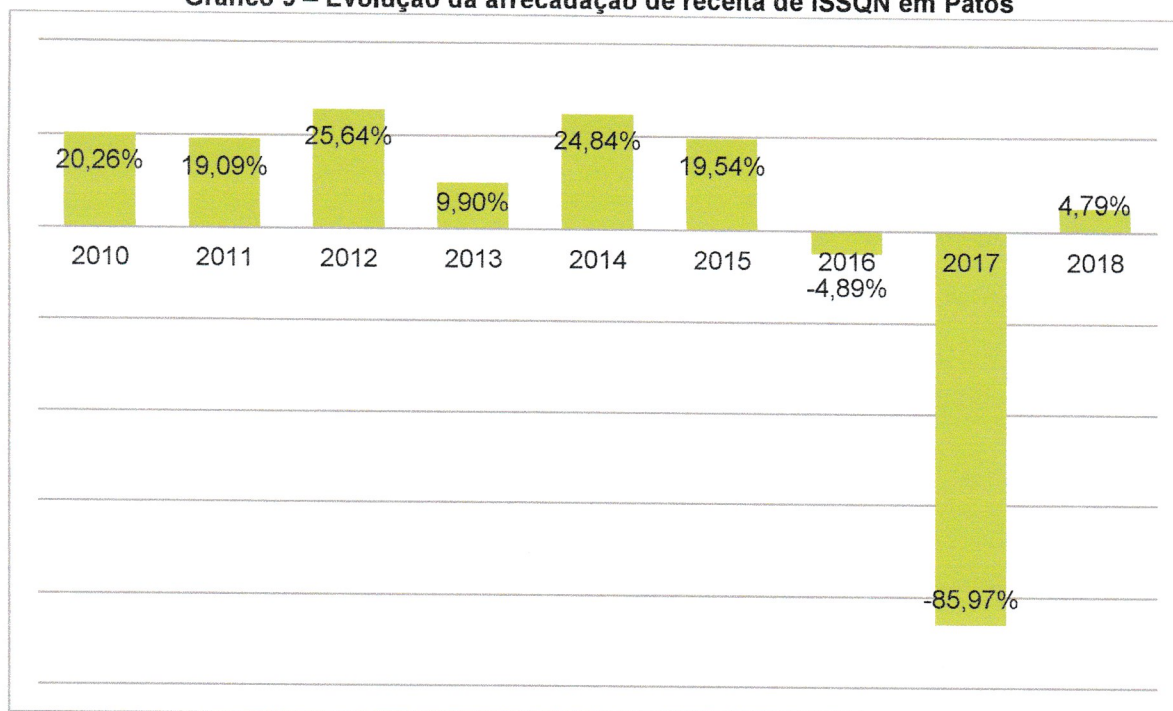


Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na cidade de Santa Rita, como mostra o Gráfico 8, ocorreu diminuição na arrecadação nos anos de 2015 e 2017. Em 2015 o percentual foi de -11,65% enquanto em 2017 foi de -2,24%.

O ano que apresentou a maior variação positiva quanto à arrecadação de receita de ISSQN foi 2010, ano em que ultrapassou 26%. O menor percentual positivo foi identificado no ano de 2013, quando aproximou-se de 0,0%, figurando ao final com 0,08%.

Gráfico 9 – Evolução da arrecadação de receita de ISSQN em Patos

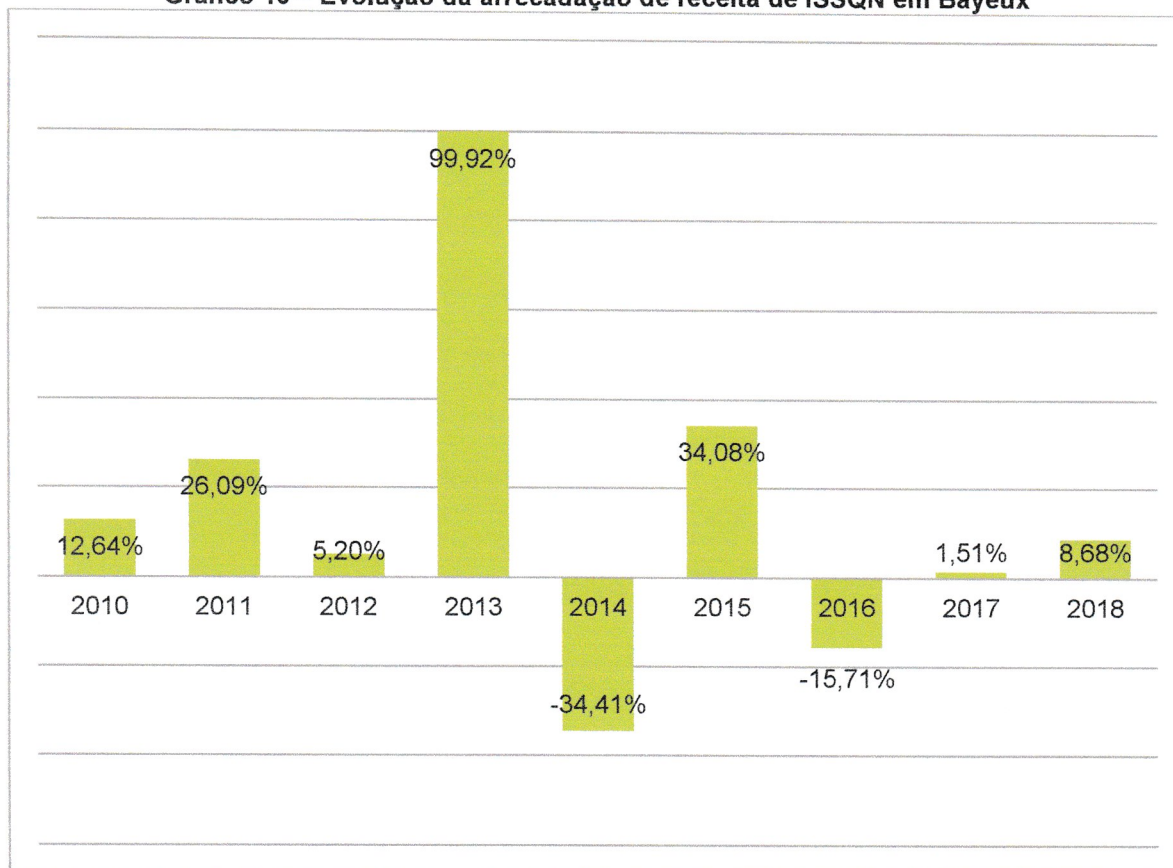


Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O Gráfico 9 demonstra a evolução da arrecadação de receita de ISQN no município de Patos que, assim como Santa Rita, apresentou redução. No ano de 2016 a variação foi negativa no patamar de quase 5% e em 2017 apresentou o sinuoso percentual de -85,97%, encontrado como a maior redução na arrecadação em termos percentuais nos municípios estudados dado o intervalo de tempo abordado.

Em três anos a variação positiva superou 20%. Em 2010 apresentou 20.26%, em 2012 figurou com 25,64% e em 2014 obteve percentual de 24,84%.

Gráfico 10 – Evolução da arrecadação de receita de ISSQN em Bayeux



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O município de Bayeux, de acordo com o Gráfico 10, foi o que apresentou a maior variação percentual positiva na arrecadação de receita de ISSQN. No ano de 2013 a arrecadação quase dobrou em relação ao ano anterior, o percentual alcançado foi de 99,92%.

Vale destacar os anos de 2011 e 2015 que apresentaram uma variação positiva acima de 25%, sendo 26,09 em 2011 e 34,08% em 2015.

Os anos que apresentaram redução na arrecadação foram os imediatamente posteriores aos dos maiores percentuais de aumento. Em 2014 a redução foi de -34,41% e em 2016 a variação foi de -15,71%.

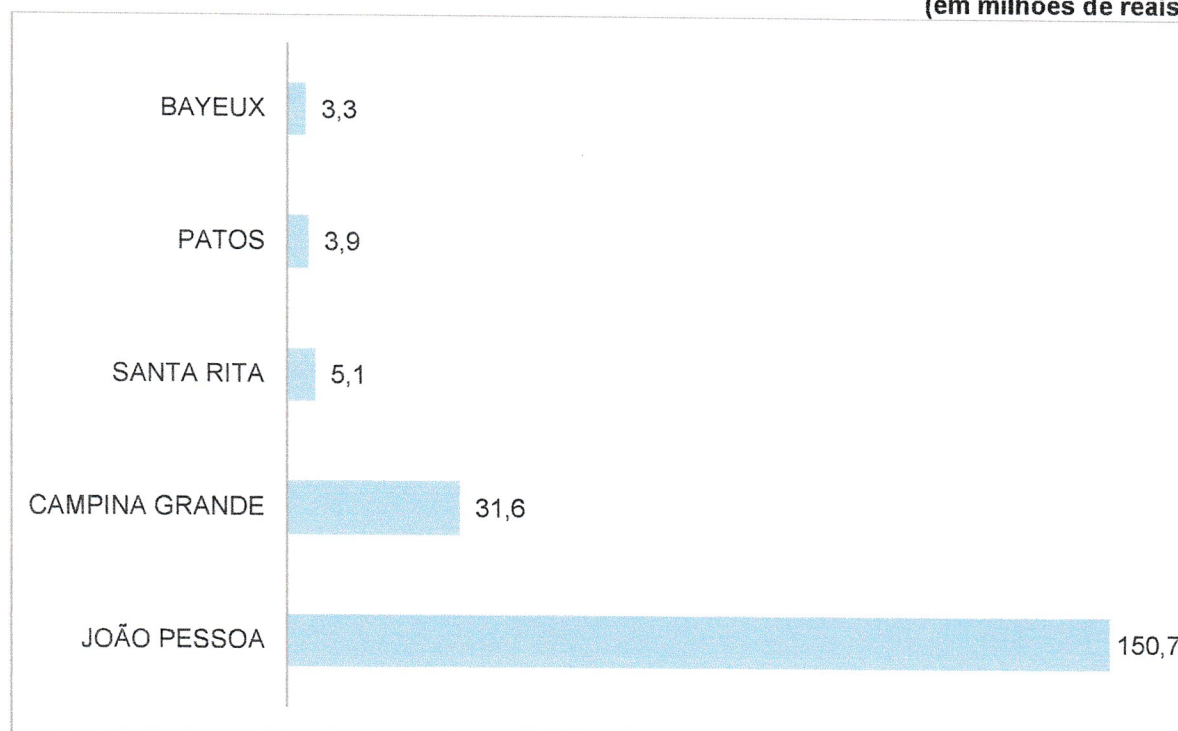
4.3 PERFIL MÉDIO DAS PREVISÕES E ARRECADAÇÕES DO ISSQN

Nesta seção será apresentado um perfil com as médias de previsão e arrecadação de cada município no intervalo temporal estudado. Dessa forma será possível visualizar o porte tributário do município no que se refere ao ISSQN.

Esta etapa visa apresentar as nuances dos municípios em relação a montante tributário, especificamente de ISSQN, pois é preciso considerar que há diferenças nas dimensões territorial e populacional que podem influenciar diretamente no valor previsto e arrecadado.

Gráfico 11 – Média da previsão de ISSQN

(em milhões de reais)



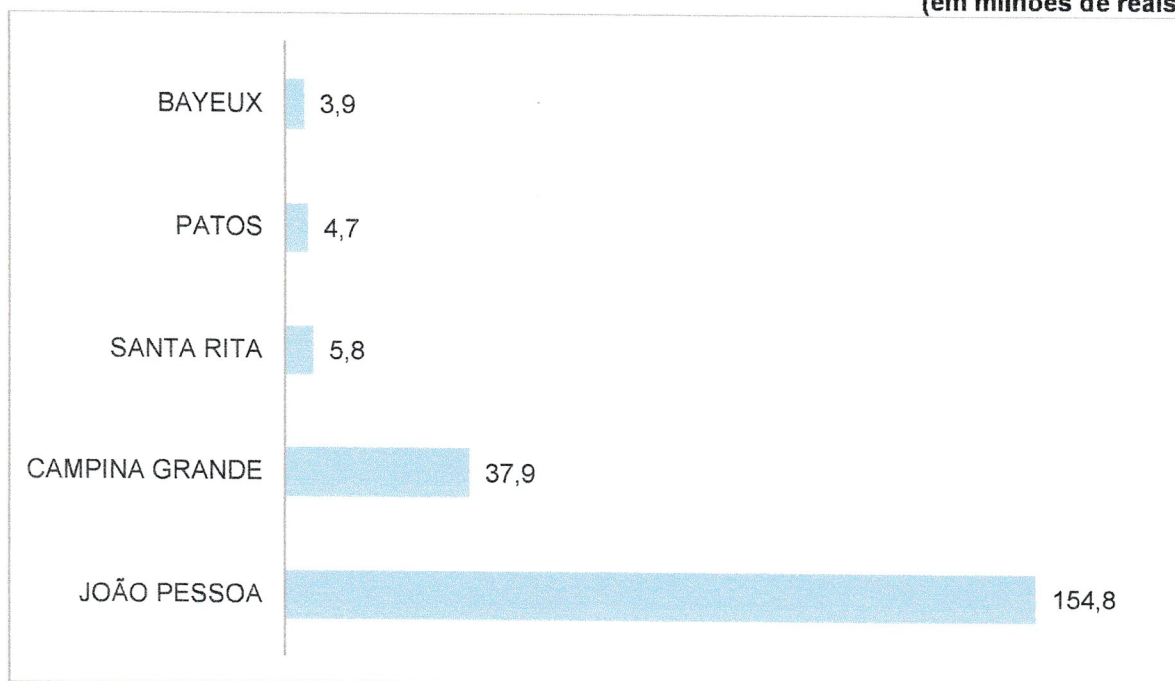
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O Gráfico 11 explicita de forma crescente o valor médio previsto em cada município no que se refere a receita de ISSQN. Os montantes seguem, coincidentemente, a classificação populacional, onde o menor valor ficou com Bayeux, com menor população dentre os municípios estudados, apresentando 3,3 milhões de média de previsão.

O município de maior população, João Pessoa, também apresenta o valor médio mais alto, cerca de 150,7 milhões. Observa-se um valor expressivo também em Campina Grande, segundo maior também em população, cerca de 31,6 milhões.

Gráfico 12 – Média da arrecadação de ISSQN

(em milhões de reais)



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

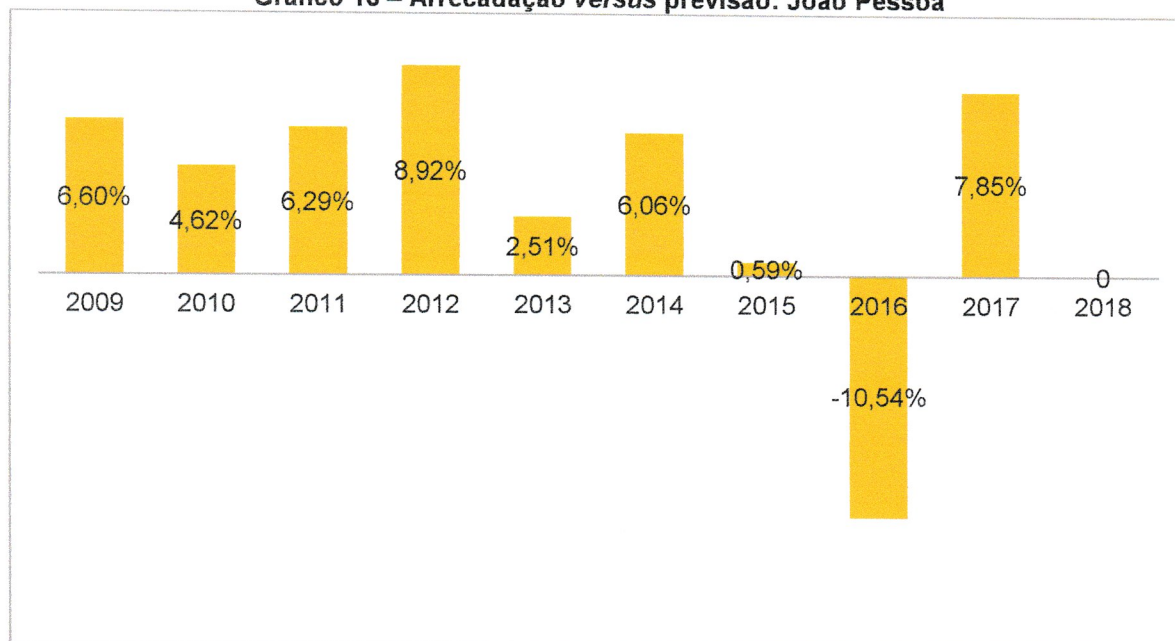
O Gráfico 12 evidencia a média de arrecadação de cada município analisado nesta pesquisa. De forma similar à previsão, a arrecadação também classificou na ordem da quantidade de habitantes.

O município de Bayeux apresenta a menor média de arrecadação, o montante gira em torno de 3,9 milhões. João Pessoa, por sua vez, também é primeira colocada em arrecadação, quase 155 milhões de média de arrecadação.

Conhecidas as médias é possível visualizar que há uma diferença em valor muito grande de João Pessoa para os demais, porém não influencia no momento em que for comparado o percentual arrecadado frente o previsto, pois a eficiência na arrecadação não é feita com base no tamanho dos valores e sim no percentual de arrecadação em face a previsão, como será visto no item 4.4 a seguir.

4.4 CONFRONTO ENTRE PREVISÃO E ARRECADAÇÃO

Nesta última etapa o objetivo é evidenciar a eficiência na arrecadação, nesta pesquisa denominada “atingimento das previsões”. Os municípios serão apresentados individualmente.

Gráfico 13 – Arrecadação versus previsão: João Pessoa

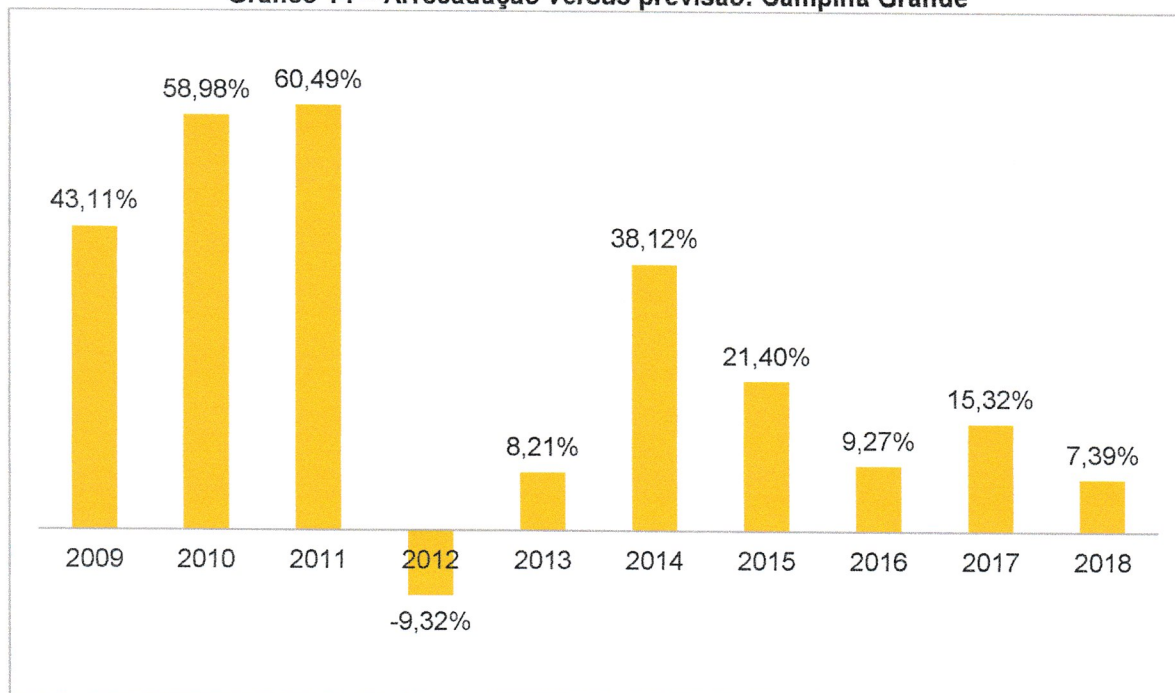
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O Gráfico 13 apresenta o atingimento da previsão por meio da arrecadação no município de João Pessoa. Salienta-se novamente que para este município não foram encontrados os dados referentes a 2018 até a finalização da coleta.

Nota-se que em todos os anos a previsão foi superada com exceção de 2016, onde a arrecadação foi inferior a previsão na casa de 10,54%. O ano em que a arrecadação superou a previsão com percentual mais elevado foi 2012, quando alcançou o percentual de 8,92%.

Em análise sintética é possível dizer que há certa eficiência na arrecadação, porém para tal afirmação seria necessário analisar mais profundamente o orçamento a fim de conhecer se não ocorreu uma subestimação da previsão, de forma a facilitar o excesso de arrecadação.

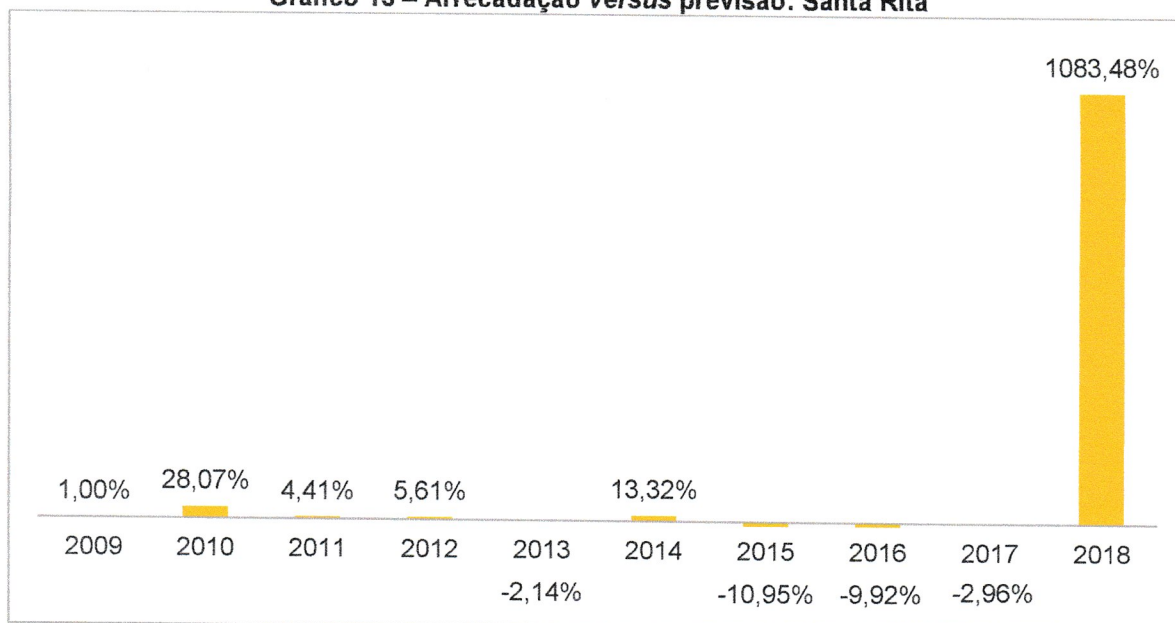
Gráfico 14 – Arrecadação versus previsão: Campina Grande



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

De forma similar ao município de João Pessoa, em Campina Grande apenas um ano apresentou arrecadação inferior a previsão de receita de ISSQN, 2012 com percentual de 9,32% a menor.

Os anos de 2009, 2010, 2011 e 2014 foram os que apresentaram percentual mais elevado de arrecadação. Em 2009 a arrecadação superou a previsão em 43,11%, em 2010 o percentual foi de 58,98%, em 2011 alcançou o maior percentual na série temporal deste município, quando chegou a 60,49%, em 2014 o percentual foi de 38,12%.

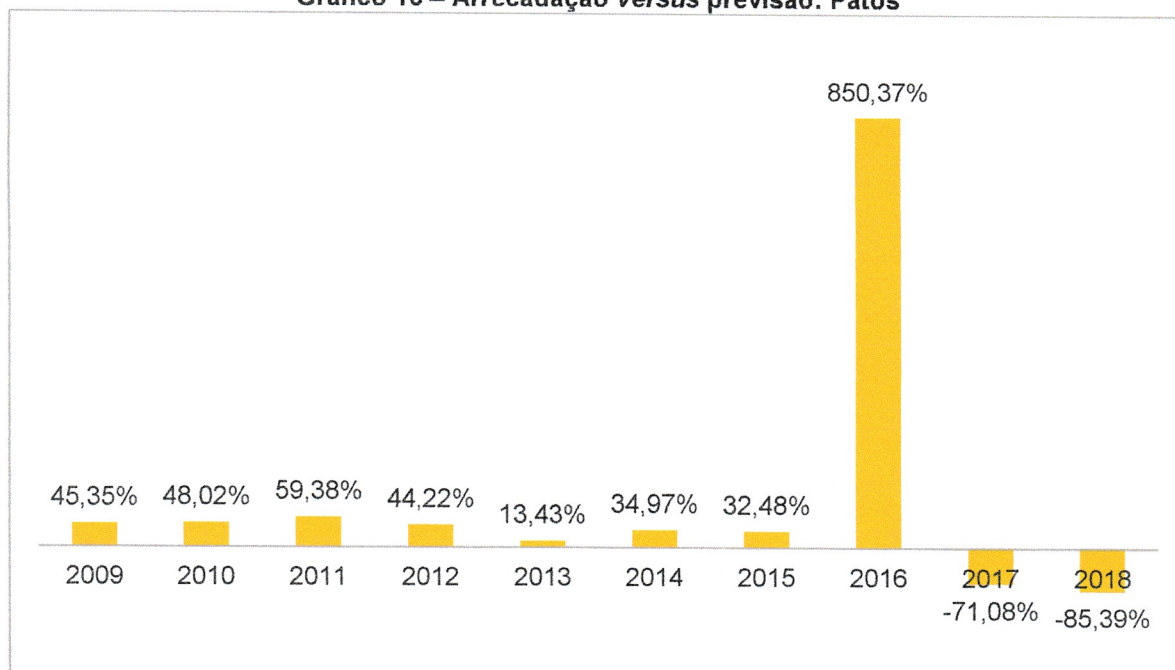
Gráfico 15 – Arrecadação versus previsão: Santa Rita

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O município de Santa Rita apresentou déficit de arrecadação em quatro dos dez anos estudados. Em 2013 o percentual foi de -2,14%, em 2015 apresentou -10,95%, em 2016 figurou com -9,92% e em 2017 o percentual foi de -2,96%.

O ano de 2018, em especial, apresentou um percentual de arrecadação muito acima da média do município, 1083,48%. Este percentual chama atenção uma vez que é bastante acentuado quando comparado com a segunda maior porcentagem de arrecadação que ocorreu no ano de 2010 (28,07%).

Destaca-se ainda o ano de 2014 quando a arrecadação superou a previsão em 13,32%.

Gráfico 16 – Arrecadação versus previsão: Patos

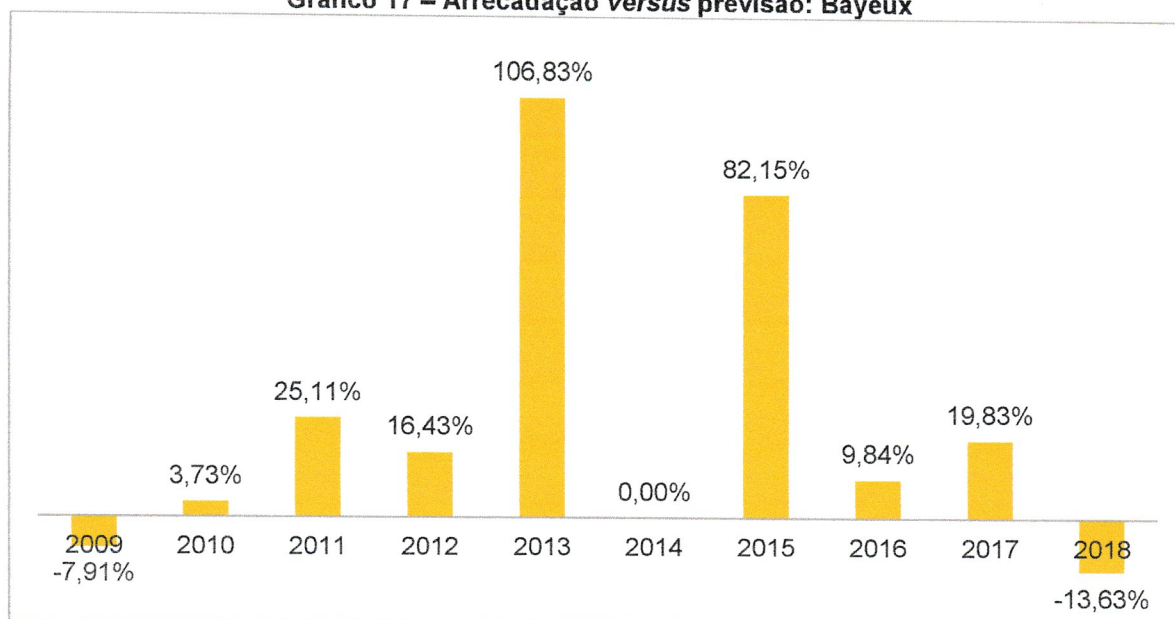
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No município de Patos entre os anos de 2009 e 2016 houve excesso de arrecadação, destacando-se o ano de 2011, quando o percentual superou em quase 60% o montante previsto, e o ano de 2016, que assim como em Santa Rita apresentou um percentual muito acima da média, totalizando 850,37% superior ao valor previsto.

Nos anos de 2017 e 2018 houve déficit de arrecadação acentuado. Em 2017 a arrecadação foi 71,08% inferior a previsão e em 2018 este percentual chegou a - 85,39%.

Nota-se peculiaridades no atingimento das previsões nos municípios de Santa Rita e Patos.

Gráfico 17 – Arrecadação versus previsão: Bayeux



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O município de Bayeux apresentou déficit de arrecadação em 2009 e 2018, com percentuais de -7,91% e -13,63% respectivamente. Nos anos de 2013 e 2015 foi verificado o maior percentual de arrecadação para este município, superando em mais de 100% em 2013 e 80% em 2015.

No ano de 2014 o percentual zero significa que os montantes previstos e arrecadados foram iguais, o que geralmente é difícil de acontecer, porém esta pesquisa se limita evidenciar os dados de forma fidedigna, independentemente de indagações pessoais.

Finalizada esta etapa, conclui-se o último objetivo específico e, conseqüentemente, esta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o comportamento da arrecadação de ISSQN dos 5 (cinco) municípios mais populosos da Paraíba. Para tal foram traçados quatro objetivos específicos.

Primeiramente foi evidenciada a evolução da previsão de receita de ISSQN. Os resultados indicaram que em João Pessoa, de 2010 a 2016 não houve redução no montante previsto, apenas variação no percentual de aumento, destacando-se com o menor percentual de aumento o ano de 2012.

Em Campina Grande o maior percentual de aumento foi verificado no ano de 2012, quando alcançou um percentual superior a 53% do previsto no ano anterior. O menor percentual de aumento foi verificado em 2013, ficando com pouco mais de 2%. Em Santa Rita de 2011 a 2016 não houve variação negativa, ou seja, o montante previsto sempre apresentou algum percentual de aumento. A maior variação ocorreu em 2011, quando ultrapassou 40% e a menor foi verificada em 2014, quando apresentou aproximadamente 3,5%.

Em Patos a menor variação positiva foi encontrada em 2014, totalizando 4,92%, sendo o único ano neste município e dentro do intervalo estado em que a variação positiva foi inferior a 10%. Em Bayeux, em 2014 a variação positiva ultrapassou 35% do previsto no ano anterior, enquanto no ano seguinte, 2015, houve variação negativa superior a 26%. Em 2016, voltou a apresentar um percentual positivo elevado, de quase 40%, decaindo no ano seguinte, quando a variação negativa foi de 6,95%.

Em seguida foi analisada a evolução da arrecadação, onde os resultados mostraram que em João Pessoa, nos anos de 2012 e 2013 a variação girou em torno de 10%, enquanto em 2015 e 2017 ficou próxima de 5%. Nota-se que há um crescimento em valores absolutos, porém uma oscilação percentual, ou seja, não há um crescimento proporcional da arrecadação. Em Campina Grande, os anos que apresentaram maior variação positiva foram 2010, 2013 e 2014. Em 2010 o percentual arrecadado superou o ano anterior em 22,47%, em 2013 a variação foi de 22,84, e 2014 foi o ano em que houve a maior variação, totalizando 31,76%.

Na cidade de Santa Rita ocorreu diminuição na arrecadação nos anos de 2015 e 2017. Em 2015 o percentual foi de -11,65% enquanto em 2017 foi de -2,24%. Em Patos, no ano de 2016 a variação foi negativa no patamar de quase 5% e em

2017 apresentou o sinuoso percentual de -85,97%, encontrado como a maior redução na arrecadação em termos percentuais nos municípios estudados dado o intervalo de tempo abordado.

O município de Bayeux foi o que apresentou a maior variação percentual positiva na arrecadação de receita de ISSQN. No ano de 2013 a arrecadação quase dobrou em relação ao ano anterior, o percentual alcançado foi de 99,92%.

A terceira etapa consistiu em conhecer o perfil dos municípios de acordo com a média de previsão e arrecadação de receita de ISSQN. Os resultados mostraram que o município de maior população, João Pessoa, também apresenta o valor médio mais alto, cerca de 150,7 milhões. Observa-se um valor expressivo também em Campina Grande, segundo maior também em população, cerca de 31,6 milhões. O município apresenta a menor média de arrecadação, o montante gira em torno de 3,9 milhões. João Pessoa, por sua vez, também é primeira colocada em arrecadação, quase 155 milhões de média de arrecadação.

Por fim, foi verificado o atingimento das previsões pela arrecadação de ISSQN. Foi constatado que em João Pessoa, em todos os anos a previsão foi superada com exceção de 2016, onde a arrecadação foi inferior a previsão na casa de 10,54%. O ano em que a arrecadação superou a previsão com percentual mais elevado foi 2012, quando alcançou o percentual de 8,92%. Em Campina Grande, no ano de 2009 a arrecadação superou a previsão em 43,11%, em 2010 o percentual foi de 58,98%, em 2011 alcançou o maior percentual na série temporal deste município, quando chegou a 60,49%, em 2014 o percentual foi de 38,12%.

O município de Santa Rita apresentou déficit de arrecadação em quatro dos dez anos estudados. Em 2013 o percentual foi de -2,14%, em 2015 apresentou -10,95%, em 2016 figurou com -9,92% e em 2017 o percentual foi de -2,96%. No município de Patos entre os anos de 2009 e 2016 houve excesso de arrecadação, destacando-se o ano de 2011, quando o percentual superou em quase 60% o montante previsto.

O município de Bayeux apresentou déficit de arrecadação em 2009 e 2018, com percentuais de -7,91% e -13,63% respectivamente. Nos anos de 2013 e 2015 foi verificado o maior percentual de arrecadação para este município, superando em mais de 100% em 2013 e 80% em 2015.

Esta pesquisa analisou o comportamento da arrecadação de ISSQN dos 5 (cinco) municípios mais populosos da Paraíba, alcançando o objetivo geral, e

consequentemente, respondendo ao problema de pesquisa. Desta forma conclui-se a presente pesquisa.

Ao analisar os resultados do modelo em cada um dos municípios individualmente e entre o contexto geral, formou-se uma opinião entre sua arrecadação dentro do mesmo estado, tornando aderentes para futuras pesquisas no tocante aos diversos níveis de opções como: sua relação direta com referência a população, educação e outros mensurados a partir do comportamento verificado.

REFERÊNCIAS

- BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade geral básica**. 4.ed. Ijuí: Unijuí, 2009.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público**: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- BRASIL. **Código Tributário Nacional**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 188 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496301/000958177.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 20 maio 2019.
- BRASIL. **Lei n.4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acesso em: 20 maio 2019.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Município. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 6 ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação Geral de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2015. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773. Acesso em: 12 jun. 2019.
- BRASIL. Tesouro Nacional. **Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Municípios - SISTN**. Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn.asp. Acesso em: 10 maio 2019.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HARADA, Kiyoshi. **ISS**: doutrina e prática. São Paulo: Atlas, 2008.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

UCHÔA, Carlos Henrique de Andrade. **Uma análise sobre a arrecadação de receita de IPTU dos municípios do estado da Paraíba**. 2016. 50 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Finanças e Contabilidade, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.